



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **22 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 14 de junho de 2011

AMAZONAS EM TEMPO Suframa discute oportunidades de negócios com Estado de Minas Gerais	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Empresários e bancada federal se unem para defender interesses do Polo Industrial	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO ELETRÔNICOS DEVEM FICAR MAIS “NACIONAIS”	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO VISÕES DO INVESTIMENTO	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO IPHONE COMEÇA A SER MONTADO NO PAÍS EM JULHO, DIZ MINISTRO	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO BRASIL E RÚSSIA RETOMAM NEGOCIAÇÃO SOBRE OMC	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO INDUSTRIALIZAÇÃO FARÁ DA CHINA LÍDER MUNDIAL EM IMPORTAÇÕES DE AÇÚCAR	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO INDÚSTRIA ARGENTINA QUER MANTER A PROTEÇÃO	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO MINISTÉRIO ESTUDA SIMPLIFICAÇÃO DE REGRAS DO COMÉRCIO EXTERIOR	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO AMÉRICA LATINA É SAÍDA PARA CRESCIMENTO	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO DILMA DEIXOU NA CHUVA SEU “PARCEIRO DE LUTAS”	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO NORTE E NORDESTE UNEM-SE CONTRA MEDIDAS TRIBUTÁRIAS	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE MERCADO EM BAIXA	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BALANÇATEMSUPERÁVIT DEUS\$10,5 BI	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP MINISTÉRIO NÃO QUER O REAJUSTE AUTOMÁTICO POR FAIXAS	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP PROJETO DA RECEITA FEDERAL QUER REDUZIR BUROCRACIA PARA EXPORTAR	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP RENÚNCIA FISCAL DO SIMPLES PODE CUSTAR R\$ 3,5 BI	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP OITO COMPANHIAS JÁ TÊM LICENÇA PARA PRODUZIR TABLETSNOPAÍS, DIZMERCADANTE	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS Potencialidades do entreposto da ZFM em Uberlândia em debate	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	

PORTAL A CRÍTICA	
Faturamento com adesivos para gadgets cresce 150% ao ano	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM	
Sefaz-SP apura fraude de R\$ 100 milhões no Polo Industrial de Manaus	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL D24AM	
Importação do AM bate recorde com US\$ 1,1 bi	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa discute oportunidades de negócios com Estado de Minas Gerais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Oportunidades de negócios entre os Estados do **Amazonas** e de Minas Gerais serão discutidas nesta terça-feira (14), no auditório da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, a partir das 9h.

A programação inclui ainda a realização do 1º Encontro de Negócios **Manaus**-Uberlândia e palestras técnicas sobre as oportunidades entre as duas regiões.

Também estarão na pauta as condições de operação do entreposto da **ZFM** no município mineiro e rodadas de negócios envolvendo empresas embarcadoras de cargas, transportadores de cargas e operadores logísticos.

O entreposto em Uberlândia, em pouco mais de um ano de funcionamento, já conta com 18 empresas operando internamente e gera aproximadamente 50 empregos diretos, com circulação de cerca de R\$ 1,5 bilhão em **mercadorias**.

O evento faz parte da programação da missão empresarial do projeto Plataforma de Valor do **Brasil Central** (PVBC) a **Manaus** com o objetivo de estimular a geração de novos negócios e parcerias tendo como foco a redução dos custos logísticos para as empresas do **PIM**.



VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
TÍTULO Empresários e bancada federal se unem para defender interesses do Polo Industrial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O Senador Eduardo Braga se reuniu com integrantes da Federação da Indústria do Estado (Fieam) para falar sobre os 'tablets'.

A conversa aconteceu na sexta-feira (10). Segundo o Senador, esta semana será decisiva.

A razão é o encontro marcado com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante na terça-feira (14).

Em pauta, a Medida Provisória (MP) 534, que trata da **produção** de computadores portáteis com tela sensível ao toque ('tablets').

Uma das propostas do Senador é determinar o limite do tamanho das telas de 'tablets'.

Com isso, fica resguardado o televisor produzido no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

No encontro de sexta(10), Braga solicitou que, em prol da **Zona Franca**, a classe empresarial local crie maior proximidade com a bancada e com decisões do governo.

“O **PIM** vai faturar esse ano 40 bilhões de **dólares**. É um polo grande, precisa se organizar para uma nova relação com Brasília”, sugeriu.

Na reunião, Eduardo Braga destacou a participação do presidente e do 2º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade e Antonio Silva.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO ELETRÔNICOS DEVEM FICAR MAIS "NACIONAIS"		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo quer ampliar obrigatoriedade de componentes locais em PC, TV e celular

Renato Cruz

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O governo quer aumentar a obrigatoriedade de componentes locais nos PCs, celulares e televisores fabricados no País, que recebem incentivo tributário. O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou ontem, durante evento na Ericsson, no interior de São Paulo, que a medida terá como objetivo reduzir o déficit na balança do setor eletroeletrônico.

"O governo da presidente Dilma vai aumentar a exigência de conteúdo local", disse o ministro. Ele citou como exemplo as regras estabelecidas pela Medida Provisória de incentivo à **produção** de tablets, que prevê, inicialmente, 20% de componentes nacionais, chegando a 80% em três anos. Hoje, as regras do Processo Produtivo Básico (**PPB**) dos produtos eletrônicos preveem alguma nacionalização, mas abaixo desses 20%.

No ano passado, o déficit da balança comercial do setor eletroeletrônico ficou em US\$ 27,3 bilhões, segundo a Abinee, associação dos fabricantes do setor. Somando semicondutores, componentes para telecomunicações e componentes para informática, foram **importados** US\$ 12,3 bilhões.

Fornecimento. A grande questão é quem fornecerá os componentes para atingir esse grau de nacionalização. O ministro chegou a citar a Ceitec, estatal de semicondutores localizada em Porto Alegre e inaugurada pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva no começo de 2010, que não começou a produzir até agora. A história da Ceitec começou em 2000, quando a Motorola doou máquinas de uma fábrica de chips desativada para o Brasil.

Não pode faltar fornecedores para atingir o índice de nacionalização pretendido pelo governo? "Tentaram usar esse

argumento nos anos 1950, quando o governo trouxe a indústria automobilística para o Brasil, de que não haveria fornecedores", apontou Mercadante.

Uma fábrica avançada de semicondutores pode exigir investimentos de cerca de US\$ 4 bilhões.

Normalmente, esses investimentos são feitos para atender à demanda global. Por maior que seja o **mercado** do país que recebe a fábrica, normalmente não é suficiente para justificar sozinho sua instalação.

Em abril, o governo anunciou que a taiwanesa Foxconn tem um plano de investir US\$ 12 bilhões no País. O projeto incluiria uma fábrica de telas. A fábrica seria **importante** para ampliar a disponibilidade de componentes nacionais. Apesar disso, fontes de **mercado** se preocupam com a possibilidade de a política do governo beneficiar um único fornecedor.

Mercadante disse que a Foxconn começará a produzir o iPhone no **Brasil** no próximo mês, em sua unidade de Jundiá. A montagem do iPad deve começar até o fim do ano, de acordo com o ministro.

Telefonia rural. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse ontem que o governo prepara uma política para levar os serviços de telecomunicações para a área rural. "É uma dívida do Estado brasileiro, de não termos uma política de telefonia e internet para o campo", disse Bernardo, que também participou de evento na Ericsson.

O ministro destacou que existem 8,5 milhões de famílias na área rural. "Devem ser vendidos 15 milhões de computadores no ano", apontou Bernardo. "Se a banda larga fosse mais disseminada, poderiam ser vendidos 18 milhões ou mais."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO VISÕES DO INVESTIMENTO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

José Paulo Kupfer

A indústria, em 2011, reduzirá os investimentos em máquinas, mas aumentará a aplicação de recursos em inovação. É o que informa reportagem do colega Marcelo Rehder, publicada no Estadão de domingo. Entre os motivos destacados pela Fiesp, que patrocinou o levantamento, a desaceleração da atividade econômica e o avanço dos produtos importados assumem a linha de frente.

Essa é a visão pragmática dos empresários. Entre os economistas, sempre que se fala em investimento no Brasil, fala-se que a taxa é baixa. Fala-se, na sequência, que é preciso elevá-la para evitar voos de galinha em meio a surtos inflacionários.

O roteiro, que parece reproduzir os chiados e os engasgos de um velho disco arranhado de vinil, segue com explicações da sabedoria convencional, segundo as quais a taxa de investimento é baixa porque a taxa de poupança é baixa e que a taxa de poupança é baixa porque o governo, com seus déficits e suas dívidas, restringe a capacidade de formação de poupança. Completa-se o script com menções às espetaculares taxas de poupança e investimento na China.

Não há mentira, nem mesmo erro, nessas afirmações. Elas apenas refletem uma visão da economia que, pela insistência e predominância, parece única, ainda que nem de longe seja.

A discussão da causalidade entre poupança e investimento é uma das muitas infundáveis e inconclusivas discussões econômicas. Se há uma identidade incontestável entre poupança e investimento, ela só é verificável "ex-post", como dizem os economistas em seu terrível jargão - ou seja, depois que tudo já ocorreu. A divergência insanável está na abordagem "ex-ante" - ou seja, aquela que observa o fenômeno na partida e procura descrever, quando as engrenagens se movem, o que causa o quê.

Num outro modo de ver, o dos "keynesianos" - genericamente assim classificados em oposição aos qualificados como "neoclássicos" -, pode haver quanta poupança agregada houver que, sem horizontes para investir

e, sobretudo, sem financiamento que o atenda, não haverá investimento.

"Para Keynes, o investimento não depende de poupança prévia, e sim de financiamento", escreveu, resumindo essa visão, Luiz Fernando de Paula, presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), no jornal Valor, em novembro de 2010. "Este, por sua vez, não se confunde com poupança, podendo a liquidez necessária para realização do investimento ser criada endogenamente pelo sistema financeiro (...)".

Tome-se o caso da China. Enquanto "neoclássicos" olham para a taxa de poupança de 50% do **PIB** e com ela explicam os 40% do **PIB** exibidos pela taxa de investimento chinesa, os "keynesianos" focam o olhar no sistema bancário chinês. Ele é integralmente público e voltado para atender, com crédito subsidiado e a baixo custo, toda a demanda de financiamentos existente.

Quando se adicionam a essa outras características da economia chinesa, como a alta relação lucro/salário e o absoluto controle do câmbio, para mantê-lo depreciado, uma pulga pode se instalar atrás da orelha e indagar se, diferentemente do convencional, não é a alta taxa de investimento que dá sustentação a uma alta taxa de poupança.

Pode-se - e deve-se - extrair algumas lições desse debate. A primeira e mais **importante** delas é que, qualquer que seja o deflagrador causal do investimento, o fator "financiamento" é crítico. Disso decorre que também é crítica a necessidade de contar com um sistema financeiro flexível e elástico, capaz de atender às demandas potenciais de investimento.

Tanto quanto contas públicas em ordem e um sistema tributário que abra espaço à **produção** competitiva, para fazer deslanchar o investimento, o **Brasil** carece de um sistema privado de financiamento de longo prazo. Viu-se, recentemente, com as tumultuadas transações do Tesouro Nacional com o **BNDES**, que há limites fiscais para o atendimento pelo setor público de toda a demanda potencial por investimento.

Não será possível estruturar esse sistema sem uma reforma financeira que separe os juros de títulos de curto, médio e longo prazos. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), por exemplo, sobreviveram ao Plano Real e à estabilidade da moeda, e mantêm hoje as características de funcionamento do overnight dos tempos da hiperinflação, garantindo, ao mesmo tempo, segurança, rentabilidade e liquidez. Impossível financiamento longo com as vantagens oferecidas no curto prazo. Mas este é um tema, embora já bem conhecido, que rodopia em falso.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO IPHONE COMEÇA A SER MONTADO NO PAÍS EM JULHO, DIZ MINISTRO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE SÃO PAULO - A Foxconn deve começar a montar o iPhone no Brasil a partir de julho, segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

Durante inauguração da expansão da fábrica da Ericsson, ontem, no Vale do Paraíba, Mercadante afirmou que os celulares da Apple, assim como os iPads, devem ser produzidos na unidade fabril da empresa em Jundiá.

Para os tablets da Apple, no entanto, a expectativa é que a produção aconteça no segundo semestre e que os

aparelhos cheguem ao varejo para o Natal, junto com pelo menos oito outras marcas.

O ministro participou da cerimônia de expansão da fábrica da Ericsson, que produz estações rádio-base. Os equipamentos são utilizados na comunicação celular e podem servir também para intermediar o tráfego de dados dos tablets. Foram investidos R\$ 10 milhões na expansão.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL E RÚSSIA RETOMAM NEGOCIAÇÃO SOBRE OMC		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Assis Moreira | De Genebra

O Brasil e a Rússia retomam negociação hoje, em Genebra, sobre a entrada russa na Organização Mundial do Comércio (OMC). A reunião ocorre na véspera de Moscou colocar em vigor o embargo à entrada de carnes de 85 estabelecimentos frigoríficos do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Fontes brasileiras dizem que a reunião em Genebra estava prevista já há algum tempo e não é consequência dos últimos desdobramentos bilaterais. Já o governo russo não quis marcar reunião com uma delegação do Ministério de Agricultura brasileiro, em Moscou, alegando que seu veterinário chefe estaria justamente em Genebra esta semana.

Na agenda da reunião estão, mais uma vez, as concessões para as carnes brasileiras que os russos precisam fazer para obter o apoio final do Brasil à sua entrada como membro da OMC até o fim do ano.

A negociação é complicada porque o governo russo já ofereceu 60% da cota de 472 mil toneladas de carne suína para os Estados Unidos e a União Europeia, sobrando pouco para o Brasil. Acena com melhora na cota de importação de carne de frango, que já tinha reduzido em mais da metade em relação à cota de dois anos atrás. Para carne bovina, fica em 530 mil toneladas.

Do lado brasileiro, a orientação é desvincular as discussões em Genebra do embargo às carnes brasileiras.

Brasília aguarda a resposta do governo russo à carta enviada pelo vice-presidente, Michel Temer, contra o embargo às carnes brasileiras dias depois de sua visita a Moscou.

A expectativa é de que, a partir da resposta russa, poderia haver um tratamento mais amplo e integrado das duas questões simultaneamente. Negociadores querem, assim, dar continuidade aos trabalhos técnicos de acesso russo na

OMC, sabendo que um "andamento adequado" pode estar condicionado aos avanços na discussão bilateral, ou seja, à suspensão do embargo.

Ontem, no Rio, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, disse que o governo brasileiro espera resolver até o fim de julho a pendência com a Rússia. Para ele, o embargo russo não é um problema político e em alguns casos os russos têm razão em criticar o Brasil. "Não é a primeira vez que acontece com a Rússia, não vai ser a última e a gente tem que

lidar com isso. São vários elementos e a gente tem que equacionar, em alguns deles eles têm razão e em alguns não", frisou.

A Rússia mantém o embargo às carnes do Brasil, mas já voltou atrás na restrição que impôs, no mesmo dia, aos legumes europeus, depois da deflagração da crise da bactéria E.coli, que continua matando pessoas na Europa.

Na ocasião, alguns analistas em Bruxelas também levantaram a suspeita de que Moscou tinha aproveitado o pretexto da crise na Europa para barrar os produtos do velho continente, e pressionar para a UE ajudar na aceleração da entrada russa na OMC.

A questão agora é como Moscou poderá manter a suspensão às carnes brasileiras, quando ao mesmo tempo libera a entrada dos legumes europeus em seu mercado num contexto ainda de insegurança em relação os produtos do velho continente. (Colaborou Rafael Rosas, do Rio)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO INDUSTRIALIZAÇÃO FARÁ DA CHINA LÍDER MUNDIAL EM <u>IMPORTAÇÕES DE AÇÚCAR</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Genebra

O apetite da China por commodities agrícolas aumentará nos próximos anos. A segunda maior economia do mundo deverá se tornar o maior importador de açúcar, ao mesmo tempo em que o Brasil consolidará sua dominação no mercado como produtor e exportador.

As projeções são do relatório "Perspectivas Agrícolas 2011-2020", que a OCDE e a FAO publicarão na sexta-feira em Paris. Para o Brasil, as tendências sobre a China são ainda importantes na medida em que, segundo a OCDE, 14% das exportações agrícolas do país foram para o mercado chinês em 2009 (representando 15% das importações agrícolas chinesas), dominadas pela venda de complexo de soja.

A China emergiu como maior país importador de açúcar durante a safra 2010/11, refletindo rápida expansão da demanda e menor aumento da produção doméstica. Pela primeira vez, Pequim excedeu sua cota de importação de 1,95 milhão de toneladas anual.

O rápido crescimento econômico e a urbanização estão promovendo o uso industrial de açúcar nas preparações de produtos. Além disso, o governo tenta reduzir o uso de adoçantes artificiais. O crescimento de sua produção é limitada pela disponibilidade de água. Tudo isso levará a importações acima de 5 milhões de toneladas por volta de 2020, fazendo da China o maior importador mundial, superando a União Europeia (UE), Estados Unidos e Rússia.

A produção de Tailândia e Austrália tende também a aumentar, para atender ao mercado asiático com crescente demanda. Mas é o Brasil que continuará dando o tom no mercado mundial. Com um dos mais baixos custos na produção, pode expandir a área de cana juntamente com produção de etanol.

Os produtores brasileiros devem consolidar sua posição de líder global nas exportações, com mais de 55% do comércio mundial e mais de 63% de todo o açúcar adicional exportador. A maior parte será açúcar bruto, podendo crescer para 21 milhões de toneladas em 2020. Mas os embarques

de açúcar branco tendem a aumentar também em 50% e alcançar mais de 12 milhões de toneladas no mesmo período.

As projeções apontam também crescente demanda da China por oleaginosas, que explodiu nos últimos anos, pressionando os mercados. A UE continuará como segundo maior importador global.

Mais de 55% das vendas brasileiras de complexo de soja foram para a China, correspondendo a 34% das importações chinesas do produto. Pequim será o maior consumidor mundial de óleos vegetais, enquanto países pobres tenderão a ter dificuldade em consumir o produto por causa do preço.

Já a expansão na demanda de farelo desacelera. A demanda adicional será atendida principalmente pela produção doméstica que, em todo caso, continuará se apoiando fortemente na importação de soja.

Crescerá também a importação chinesa de leite em pó, por causa da inquietação interna sobre a produção local depois de escândalos sanitários que levarão anos a melhorar a imagem do setor.

As maiores importações de trigo nos próximos dez anos também serão da China, União Europeia, Egito e Arábia Saudita. Ao mesmo tempo, a produção chinesa de cereais forrageiros tende a crescer.

Entre os grandes produtores de arroz, a China cortará sua produção em cerca de 7 milhões de toneladas, por causa de menor consumo doméstico e maior competição pela terra.

Na área de carnes, os chineses mantêm a política de autossuficiência, mas sua posição no comércio de carne suína, por exemplo, continua incerta, dependendo do ano. Um acontecimento imprevisto pode provocar alta de importação da carne e ter impacto forte no mercado internacional. (AM)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO INDÚSTRIA ARGENTINA QUER MANTER A PROTEÇÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daniel Rittner | De Buenos Aires

Há pelo menos dez anos, o empresário têxtil José Ignacio de Mendiguren é o porta-voz mais conhecido da indústria argentina. Por isso mesmo, ele tem farta experiência nos conflitos comerciais com o Brasil. Ainda neste mês, Mendiguren embarcará para São Paulo com um grupo de lideranças da União Industrial Argentina (UIA), que preside desde abril, pela segunda vez.

Com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pretende abrir o caminho para acordos setoriais que possam reduzir o nível de tensão no **comércio** entre **Brasil** e Argentina.

"Primeiro eu vou entregar a ele uma caixa de charutos. Com isso vou convencê-lo de qualquer coisa", afirma o empresário de 60 anos, dono da Texlona e conhecido como "El Vasco", pela ascendência basca.

Mas que ninguém, na Fiesp ou no governo brasileiro, espere facilidade nas conversas. Admirador do presidente Juscelino Kubitschek, ele garante que o **Brasil** também é protecionista, "mas com muita inteligência, sem reconhecer". E diz que a indústria argentina ainda não pode prescindir de mecanismos de proteção contra seus concorrentes.

"Não se pode sair da terapia intensiva, como em 2001, e correr a São Silvestre alguns anos depois", avalia Mendiguren. Naquele ano, ele presidia a UIA pela primeira vez, quando foi chamado pelo então presidente Eduardo Duhalde para assumir o recém-criado **Ministério da Produção**, em meio ao caos social e econômico vivido no país.

Na semana passada, quando recebeu o Valor na sede da instituição, na tradicional avenida de Mayo, as portas do edifício estavam trancadas. Momentos antes, manifestantes da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), que bloqueavam a avenida, atiraram pedras e quebraram vidros no hall de entrada da entidade.

"Não se pode sair da terapia intensiva, como em 2001, e correr a São Silvestre alguns anos depois"

Na entrevista, Mendiguren defende uma "agenda estratégica e visão de longo prazo" para o **Mercosul**. E sustenta que as medidas protecionistas adotadas pelo governo

argentino devem ser entendidas como um mecanismo para compensar provisoriamente as diferenças dentro do bloco. Cita, por exemplo, a assimetria entre as condições de financiamento no **Brasil** e na Argentina. "No dia em que o industrial sair do Banco de la Nación com financiamento para abrir uma fábrica no Brasil, poderemos baixar a guarda".

Valor: No Brasil, os industriais argentinos têm a fama de reclamações, protecionistas e pouco competitivos.

Como o sr. responde?

José Ignacio de Mendiguren: Com outra pergunta: o que faria um industrial brasileiro se tivesse enfrentado as mesmas circunstâncias que nós vivemos nas últimas três décadas? Nenhum outro país teve a volatilidade macroeconômica que vivemos, na Argentina, entre 1976 e 2001. Foi um período em que não só deixamos de crescer, como nos desindustrializamos. Tivemos oito modelos econômicos totalmente diferentes, e cada um deles terminava em grandes crises. Chegamos a ver cinco presidentes da República em dez dias, enquanto 18 moedas circulavam pelo país e decretava-se a maior moratória da história da humanidade. É nesse ambiente que tivemos que fazer negócios.

Valor: Ninguém ignora o histórico de dificuldades, mas setores do governo brasileiro dizem que já se passaram dez anos desde a crise de 2001 e que já houve tempo de sobra para se reindustrializar.

Mendiguren: Respeitemos os tempos. Não se pode sair da terapia intensiva, como em 2001, e correr a São Silvestre alguns anos depois. Uma questão não resolvida, na Argentina, é o financiamento. Só o que o **BNDES** empresta à indústria brasileira, em proporção do **PIB**, equivale a todo o crédito da economia argentina - algo perto de 12% ou 13%. Isso não é culpa do Brasil. É culpa nossa, mas não dá para comparar as duas economias. Enquanto o **Brasil** está estimulando a internacionalização de suas companhias, o que é um processo indispensável ao **desenvolvimento** de qualquer país, nós não temos crédito sequer para financiar a expansão interna.

Valor: Então o sr. defende as medidas protecionistas como um mecanismo compensatório das diferenças no **Mercosul**?

"A Argentina pode tranquilamente dobrar seu **PIB** nos próximos três mandatos presidenciais"

Mendiguren: Elas são, mas temporárias. Todos os países ricos do mundo chegaram ao **desenvolvimento** pela escada do protecionismo. E, depois de terem chegado lá, chutaram a escada. Mas entendo que são medidas provisórias. O **Brasil** está em outro estágio de **desenvolvimento**. Imagine o dia em que o industrial argentino sair do Banco de la Nación com financiamento para abrir uma fábrica no Brasil. Quando chegar esse dia, poderemos baixar a guarda.

Valor: A indústria argentina ainda não tem condições de sobreviver sem proteção?

Mendiguren: Existem dificuldades. Mas o mundo inteiro adotou formas de proteger suas indústrias, não só a Argentina, com a crise de 2008. Os estoques que não puderam ser colocados nos **mercados** tradicionais foram despejados em outras regiões, como a nossa. Isso pode destruir setores. Todos os países agiram a favor de seus **mercados**, seja por meio da guerra de moedas, seja por mecanismos de administração do **comércio**, que não são necessariamente tarifários, como restrições fitossanitárias, por exemplo. Todo o mundo foi pragmático nessa crise.

Valor: Mas parece ter havido um excesso de protecionismo na Argentina, que dura até agora.

Mendiguren: As formas é que talvez sejam distintas. O **Brasil** sempre aplicou essas medidas, mas com muita inteligência, sem reconhecê-las. Nós dizemos que vamos aplicar. Mas o efeito é o mesmo.

Valor: O **Brasil** também é meio protecionista?

Mendiguren: Meio?! Se você olhar com um olho só, o **Brasil** é meio protecionista. Quer que eu lembre todas

as coisas que o governo brasileiro fazia quando a balança comercial com a Argentina lhe era desfavorável?

Parava caminhões na fronteira com alimentos perecíveis. Diziam na alfândega que o peso exato da carga não era o mesmo do registro de **exportação**. Quando os produtos não coincidiam com o valor de referência que o **Brasil** determinava, o sistema informatizado caía de repente. Se quiséssemos, tínhamos que fazer o processo manualmente e a um custo adicional. Com os produtos lácteos, até hoje eles só podem entrar quando há problemas domésticos de oferta.

Valor: Então há um excesso de rigor quando os empresários brasileiros reclamam dos argentinos?

Mendiguren: Quando as condições macroeconômicas são favoráveis, os empresários argentinos têm uma história de sucesso para contar. A Argentina foi um dos primeiros países em **desenvolvimento** com multinacionais: Siam Di Tella, Bunge & Born e YPF. Há um caso emblemático, o da Alpargatas São Paulo, que foi montada pela Alpargatas Argentina. Cem anos depois, a filha comprou a mãe (hoje ambas são controladas pela Camargo Corrêa). Isso não ocorreu por culpa dos empresários, mas pelas diferenças macroeconômicas e industriais entre **Brasil** e Argentina.

Valor: Como se explica, apesar do câmbio favorável à Argentina, um desequilíbrio comercial tão grande com o Brasil?

Mendiguren: Não se deve olhar a taxa de câmbio nominal. O peso se desvalorizou, mas com um aumento da inflação que equivale mais ou menos à apreciação que teve o real. Mas não devemos nos ater aos problemas de conjuntura. A grande pergunta é se o **Mercosul** continua sendo uma vantagem aos setores empresariais dos dois países. Eu acredito que sim. Sou um defensor do **Mercosul**. Sou pró-Brasil, está claro?

Valor: Mas o **Mercosul** não está em seus melhores dias...

Mendiguren: O **Mercosul** se resolve com mais **Mercosul**, mas com mais institucionalização. Se **Brasil** e Argentina continuarmos nos olhando só como **mercados**, sem uma visão ampla de integração, vão persistir esses problemas. E cada problema se torna imenso, porque não existe uma agenda estratégica. O mundo está dando uma grande oportunidade à região. Há quase 1 bilhão de habitantes entrando na classe média, que demandam os nossos produtos. Temos que aproveitar essas condições favoráveis não só para crescer, mas para nos desenvolvermos, senão há um risco de primarização das nossas economias. Há uma diferença entre as duas coisas. O crescimento é espontâneo: crescemos pelos preços das nossas commodities. Mas o **desenvolvimento** precisa da criação de políticas e ferramentas para ir na direção que queremos. Essa é a oportunidade que **Brasil** e Argentina não podem perder. Não podemos apostar só nos recursos naturais.

Valor: Há quem diga no **Brasil** que as posições da indústria argentina têm dificultado avanços em direção a um acordo de livre **comércio** com a União Europeia. A Argentina está preparada para fazer concessões?

Mendiguren: Queremos um acordo, mas um acordo equilibrado. É certo que o **Brasil** tem uma posição diferente da Argentina. Por quê? O **Brasil** tem cartas guardadas para negociar, como o setor de serviços ou as compras governamentais. A Argentina entregou tudo nos anos 90. Aqui, qualquer banco brasileiro pode vir e instalar-se amanhã. Nas licitações públicas, qualquer empresa pode vir. Ou seja, não é que o empresário argentino seja mais ou menos protecionista do que qualquer outro. Eu faço uma pergunta de outra forma. Quais as condições da nossa indústria, sem termos nada do que têm os empresários brasileiros: crédito, estabilidade, plano de **desenvolvimento**? Precisaríamos ter três cabeças.

Valor: Passando a questões domésticas, como o senhor avalia os governos de Néstor e de Cristina Kirchner?

Mendiguren Acredito nos resultados para o nosso setor. Há muito tempo não vemos uma Argentina com a macroeconomia tão ordenada. A dívida está em 30% do **PIB**, não há déficit fiscal. E vemos que as condições internacionais positivas vão se manter. É preciso somente fazer os ajustes necessários para passar de um processo de crescimento a um processo de **desenvolvimento** econômico. Sou bastante otimista com a Argentina. E acho que o Brasil, pelos seus investimentos aqui, também é. A Argentina pode tranquilamente dobrar seu **PIB** nos próximos três mandatos presidenciais, um período de 12 anos, e ter uma redistribuição pela qual os salários voltem a significar 50% da renda nacional.

Valor: Mas há uma inflação cada vez mais preocupante, que beira 25% ao ano. Muitos economistas cobram um plano para atacá-la imediatamente.

Mendiguren: Não creio em choques, mas em um plano gradual, de metas de inflação que possam ir baixando gradualmente a alta de preços. A Argentina não tem um problema estrutural de inflação. Nos anos 80, tínhamos um **dólar** que disparava de repente e se refletia nos preços, uma

economia indexada, um déficit fiscal tremendo que levava a uma emissão descontrolada. Ou seja, a inflação era estrutural. Hoje não ocorre isso.

Valor: O que a Argentina deve fazer para seguir crescendo?

Mendiguren: O que falta é mais investimento. A taxa de investimento não está caminhando com a mesma velocidade que as necessidades de uma economia em forte expansão. É preciso conhecer as regras do jogo, é verdade. Obviamente a segurança jurídica é **importante** para nós, mas isso somente não basta. Não sei qual é a segurança jurídica que tem a China, por exemplo. O que a Argentina precisa para sustentar o crescimento de 92% que teve a indústria, desde 2001, é definir que o rumo não será mudado. Que não voltamos aos tempos de Cavallo Domingo Cavallo, ministro da Economia no governo Menem e pai do Plano de Conversibilidade, , de Martínez de Hoz ministro da Economia na segunda metade dos anos 70, durante a última ditadura militar, de ideário , sem mágicas, priorizando a geração de riqueza e de trabalho.

Valor: A Argentina deve adotar o **Brasil** como modelo para alguma coisa?

Mendiguren: Vocês estão há cinco décadas em um rumo que não se modifica. Sou um leitor dos diálogos entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi. Em 1958, o **Brasil** e a Argentina tinham o mesmo **PIB**, mas tínhamos um terço dos habitantes. Olhemos a história: o **Brasil** nunca abandonou os seus planos, nem mesmo nos regimes militares, que aprofundaram o modelo de industrialização. Aqui, aplicaram um modelo neoliberal. O mausoléu de JK, em Brasília, é maior do que a Catedral de Buenos Aires.

Enquanto isso, Frondizi não é nome sequer de uma travessa e está enterrado no túmulo de uma irmã sua, em um cemitério de Vicente López município da Grande Buenos Aires

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO MINISTÉRIO ESTUDA SIMPLIFICAÇÃO DE REGRAS DO COMÉRCIO EXTERIOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Rafael Rosas | Do Rio

O **Ministério do Desenvolvimento** espera terminar até o fim do ano o processo de simplificação da legislação que rege o **comércio** exterior brasileiro. A previsão do secretário-executivo do **Ministério**, Alessandro Teixeira, é que as 1.200 leis que abrangem 17 órgãos governamentais sejam transformadas em uma única norma, que funcione como uma espinha dorsal para nortear as regras de **comércio** exterior.

Teixeira disse ainda que não haverá a redução no número de instituições que regem o **comércio** exterior no Brasil, mas que a criação de uma única norma que norteie o setor vai garantir o melhor funcionamento de todo o segmento. O secretário confirmou que essa espinha dorsal ficará pronta este ano, mas não soube informar quando ela poderá entrar em vigor, nem qual será o trâmite no Poder Executivo e no Congresso.

"Temos muitos entes envolvidos no **comércio** exterior, o que não é ruim, mas precisamos simplificar, para que o **exportador** entenda como funciona o sistema de **comércio** exterior brasileiro", disse Teixeira, durante encontro com empresários no Rio. "A legislação do **comércio** brasileiro remonta à década de 40, o **comércio** evoluiu, o mundo se abriu, a legislação brasileira tem que ser simplificada."

Para o secretário, uma única lei regulando o **comércio** exterior trará "mais transparência e eficiência", além de deixar mais clara a atuação de cada um dos 17 organismos envolvidos no processo. Segundo ele, não vai haver fortalecimento da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), que hoje congrega as decisões e relações do setor **exportador**.

Segundo Teixeira, a ideia é que a simplificação aumente a base de **exportadores**, que era de 19 mil no ano passado, além da quantidade de **importadores**, que no ano passado somaram 39 mil empresas, segundo dados da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB).

O presidente em exercício da AEB, José Augusto de Castro, lembrou que o número de companhias **exportadoras** tem diminuído em cerca de 500 empresas ao ano desde 2006, enquanto o número de **importadores** tem crescido a uma média de 3 mil a 3,5 mil novas empresas por ano mesmo período. Para este ano, Castro estima que 4 mil novos **importadores** entrarão no **mercado** no Brasil.

Teixeira afirmou que o **Ministério** não trabalha com uma expectativa para o câmbio. "O **Ministério** não trabalha com o câmbio. Isso é um problema do **Ministério** da Fazenda. Nós trabalhamos com a situação dada, ou seja, o câmbio é dado e nós temos que trabalhar com esse câmbio", disse. "Trabalho com a expectativa que está colocada. Não estamos especulando com a situação cambial. Trabalhamos com o que é dado."

Castro ponderou que o câmbio ideal para satisfazer "entre 80% e 90% dos **exportadores**" seria perto de R\$ 2,20. O executivo explicou ainda que a redução do custo-Brasil - principalmente nas áreas de logística e tributos - poderia contribuir para atenuar os efeitos do câmbio. Segundo Castro, o custo-Brasil representa cerca de 30% do preço dos produtos **exportados**.

Teixeira destacou que, mesmo com o câmbio em torno de R\$ 1,60, as **exportações** de manufaturados cresceram 16% entre janeiro e abril, quando comparadas com igual período do ano passado.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO AMÉRICA LATINA É SAÍDA PARA CRESCIMENTO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Financial Times, da Cidade do México

Carlos Slim, o magnata mexicano das telecomunicações e o homem mais rico do mundo, pretende aumentar seus investimentos na América Latina para se beneficiar do custo mais baixo da tecnologia e do aumento do poder de compra na região, antes de considerar uma investida em outros mercados.

Em entrevista concedida ao "Financial Times", Slim, o acionista controlador da América Móvil (dona da Claro no Brasil), a maior empresa de telecomunicações da região, disse: "O terreno fértil é a América Latina(...).

Dentro de 10 ou 15 anos, a região vai romper a barreira do subdesenvolvimento e formar um grande contingente de classe média, por isso temos de investir, e investir pesado."

Slim, que em 2007 lançou uma oferta pela compra da Telecom Itália, mas perdeu para a espanhola Telefónica, disse que quer gerar mais produtos ligados a dados de internet e de vídeo em seus mercados de origem, onde a Telmex (controladora da Embratel) soma mais de 275 milhões de assinantes.

"Questionar se alguém deveria decidir investir mais em mercados desenvolvidos ou nos emergentes é uma discussão estéril", disse ele. "O que conta mais é se há oportunidades de crescimento, nem tanto em número de clientes, mas sim nos aplicativos que eles usam."

Slim, que descreveu o iPad da Apple e outros tablets como "fantásticos", se concentra primordialmente na faixa mais popular do mercado, e abriu o caminho para o alto volume de uso dos celulares pré-pagos.

Mas, segundo ele, as melhores oportunidades estão na combinação entre o aumento do poder de compra das famílias latino-americanas e o crescente barateamento da tecnologia, como a dos smartphones, tablets, aplicativos e do conteúdo. O executivo disse acreditar que o uso dos tablets se tornará generalizado "à medida que os volumes subirem e os preços caírem".

A expansão do interesse de Slim por oferecer internet e conteúdo de internet - no ano passado ele se tornou o segundo maior acionista do jornal "The New York Times" - ocorre no momento em que suas tentativas de introduzir a TV paga em seu principal mercado, o mexicano, foram frustradas pelos órgãos reguladores.

Slim tacitamente engrossou o crescente coro dos destacados dirigentes empresariais que acreditam que a política para o problema das drogas na região não está funcionando e que preconizam sua reformulação radical.

O combate ao crime organizado exige "um enfoque multinacional", disse ele.

Cerca de 40 mil pessoas morreram no México em consequência de episódios de violência ligados ao tráfico de drogas desde que o presidente de centro-direita Felipe Calderón lançou uma ofensiva intensa contra o crime organizado, em dezembro de 2006. (JPR e AT)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA DEIXOU NA CHUVA SEU "PARCEIRO DE LUTAS"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raymundo Costa

Em 2006, homem forte da economia e do governo, Antonio Palocci caiu do Ministério da Fazenda 13 dias após a denúncia de quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Agora, resistiu durante 23 dias à suspeita de enriquecimento ilícito. O que não significa dizer que o chefe da Casa Civil de 2011 era tão ou mais forte que o ministro da Fazenda de 2006. A crônica da queda está por ser escrita.

O chão fugiu aos pés de Palocci no momento em que o chefe da Casa Civil parecia recuperar o fôlego, quando a Procuradoria-Geral da República veio pela segunda vez em seu socorro e divulgou parecer segundo o qual nada detectara que sugerisse crime na evolução de seu patrimônio pessoal, multiplicado por 20 no prazo de apenas quatro anos.

A queda de Palocci, em 2011, foi mais fácil que a de 2006, muito embora a crise agora tenha se estendido por um período de tempo maior.

Em 2006, ainda no calor da crise do mensalão e nas imediações das eleições presidenciais, a saída de Palocci do Ministério da Fazenda parecia um salto no escuro para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já então candidatíssimo à reeleição.

Demissão de Palocci diz muito da natureza da atual presidente Lula defendeu e seguiu o ministro enquanto isso foi possível sem ameaçar seus planos eleitorais. Dilma deixou o ministro, "parceiro de lutas" e artífice de sua eleição, como disse, exposto por mais tempo. A presidente não queria entregar a cabeça de um auxiliar situado em um posto-chave com apenas cinco meses de governo - uma humilhação, mesmo diante de oposição enfraquecida.

Não houve, no período, uma defesa robusta e pública do auxiliar feita pela presidente. O PT, sob nova gestão, tirou o time de campo, embora defendesse, sem veemência, as explicações do ex-ministro.

É bem verdade que Dilma se emocionou na solenidade que marcou a posse da senadora Gleisi Hoffmann e a despedida de Antonio Palocci da Casa Civil. Mas o ex-ministro saiu como se fosse um "candidato natural"

à demissão e não o todo poderoso chefe da Casa Civil, de longe o mais importante Ministério da República, cujo titular em geral mantém convivência permanente e cúmplice com o presidente da República, é seu braço direito e homem (ou mulher) de confiança. Nem Fernando Haddad (Educação), com as trapalhadas do Enem e cartilhas de gramática "politicamente correta" teve igual tratamento.

A demissão de Palocci diz muito da natureza de uma Presidência que as raposas antigamente chamadas de felpudas, como aquelas que integram a cúpula do PMDB, só agora começam a apreender e compreender - o que não significa, necessariamente, assimilar (lição já entendida: as consultas de Dilma Rousseff são na realidade comunicados. Ponto).

São conhecidos os embates entre Dilma e Palocci no governo Lula, sendo que um deles a ex-ministra expôs publicamente, em entrevista, ao classificar de "rudimentar" o plano de déficit nominal zero para as contas do setor público, apresentado em 2005 pela equipe econômica.

Na composição do comitê de campanha da candidata a presidente, em 2010, Palocci entrou levado pelas mãos do ex-presidente Lula da Silva. A coordenação da equipe deveria ter sido de Fernando Pimentel, hoje ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, acabou formalmente com o então presidente do PT, José Eduardo Dutra, mas na prática o regente era Palocci, que aproximou-se e ganhou a confiança de Dilma na convivência da campanha eleitoral.

Na formação do governo, Dilma queria Palocci num Ministério menos abrangente que a Casa Civil. Ele próprio dizia que preferia ficar na Secretaria-Geral, aparentemente, da boca para fora e por ter dúvidas se herdaria o posto que antes fora de Dilma.

As versões palacianas são escritas ao gosto do freguês. O registro mais aceito dá conta de que foi Lula quem convenceu Dilma a instalar Palocci na Casa Civil e não na Secretaria-Geral. Entre outros argumentos, Lula teria usado o parecer que isentou Palocci de culpa na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Lula e Palocci esperavam ganhar tempo para reverter a situação com o aval que o procurador deu às contas de consultoria do ex-ministro.

O primeiro sinal de que a posição do homem forte não era tão forte assim foi emitido na Bahia.

"Eu reconheço, é óbvio que chama a atenção o volume de ganho que ele teve", disse o governador Jaques Wagner aos jornalistas. "Um ano de consultoria ganhar R\$ 20 milhões todo mundo se surpreende que é um rendimento muito alto como também chamou atenção a questão lá do apartamento". Wagner foi ministro de Lula, que o chama de "Galego", mas é provável que hoje seja o governador do PT mais próximo de Dilma, que, por sua vez, o chamada de "Jaquinho".

O governador da Bahia também cobrava que Palocci assumisse a própria defesa pública, atitude que já era cobrada por Dilma e petistas mais ligados a ela (Marta Suplicy estava na contramão quando propôs que a bancada do PT no Senado divulgasse uma nota de apoio ao ministro). Gleisi Hoffmann, que em almoço com Lula com senadores tratou o assunto Palocci como uma questão pessoal e não partidária, também é afinada com a presidente da República.

Antes da crise, Palocci e seus aliados pareciam prontos para navegar em altitude de cruzeiro. Atribuía-se ao chefe da Casa Civil uma inflexão ocorrida na política monetária, embora o próprio Palocci, em público, afirmasse que não dava palpite na área econômica. O ministro, é fato, ficou com a gerência da distribuição dos cargos e verbas pedidos pelos partidos que integram a base de sustentação do governo. A

insatisfação generalizada entre os aliados, do PMDB ao PCdoB, demonstra que ele não fez nem uma coisa, nem outra.

Os amigos do ex-ministro dizem que ele não fez nada aquém ou além do que foi determinado pela presidente. Pode ser. Mas também é fato que hoje Dilma anuncia uma mudança de postura na sua relação política com o Congresso e os partidos, e sinaliza que a nova equipe palaciana vai destravar a liberação das verbas e dos cargos legitimamente reivindicados. Em outras épocas, chamava-se a isso de "fritura".

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail raymundo.costa@valor.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO NORTE E NORDESTE UNEM-SE CONTRA MEDIDAS TRIBUTÁRIAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cristian Klein | De São Paulo

Para o governador de Sergipe, Marcelo Déda, "não dá para haver retrocesso, perda de arrecadação e desindustrialização"

Após mais de uma dezena de encontros que se realizaram nos últimos anos na região, os governadores do Nordeste juntarão esforços com seus colegas do Norte para criar uma grande mobilização contra medidas tributárias que possam prejudicar os 16 Estados das duas regiões.

O grupo se reúne pela primeira vez, hoje à noite, na representação do Ceará, em Brasília, onde discutirá os pontos principais da Carta de Fortaleza, elaborada na sexta-feira, pelos nove governadores nordestinos.

O documento apresenta seis grandes reivindicações, que demonstram preocupações em relação à discussão da reforma tributária no Congresso e à decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que vedou, a alguns Estados, a concessão de isenção fiscal a empresas como forma de atrair investimentos.

Foi o resultado do segundo encontro dos governadores nordestinos neste ano, desta vez dedicado quase que exclusivamente ao tema tributário. Na semana passada, secretários da Fazenda da Região Norte também se reuniram para discutir o assunto. Como forma de integrar os interesses das duas regiões, os grupos resolveram marcar a reunião de hoje e avaliar os principais pontos de interesse e formular uma agenda comum.

A ideia dos governadores é aproveitar a viagem a Brasília para visitar as bancadas de seus Estados no Congresso, conversar com líderes e reforçar a mobilização junto ao Executivo. O grupo pretende entregar a Carta de Fortaleza ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e já

solicitou uma audiência com a presidente Dilma Rousseff. Em fevereiro, Dilma marcou presença no primeiro Fórum de Governadores do Nordeste, realizado em Aracaju. O encontro, porém, teve caráter mais abrangente e não tratou apenas da questão tributária, a que mais preocupa os governantes da região.

"Não dá para haver retrocesso, perda de arrecadação e desindustrialização", afirma Marcelo Déda, governador de Sergipe.

Déda ressalta que o Nordeste vive seu melhor momento em muitos anos, fruto de políticas voltadas para o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda, mas que há ameaças que podem interromper o processo de fim do apartheid entre a região e o resto do país. "A Região Norte nos procurou e também tem problemas semelhantes", disse.

Déda cita como problemas a decisão do Supremo de suspender as ofertas de isenção fiscal pelos Estados e as propostas de novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Quase metade das receitas de Sergipe, por exemplo, advém do FPE.

"Em meio a isso, ainda há um quadro internacional, que acende a luz amarela, com demora na recuperação da economia de alguns países e a queda do preço de commodities", diz.

Outro ponto reivindicado pelo grupo é a alteração do atual indexador da dívida dos Estados, que passaria a ser o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 2%.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO MERCADO EM BAIXA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O fraco desempenho da economia chinesa e o temor dos investidores de que a desaceleração da segunda maior economia do mundo venha a afetar a demanda por commodities (produtos básicos com cotação internacional) arrastaram a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) para o pior resultado em 11 meses. O Ibovespa, que mede a lucratividade das ações mais negociadas no pregão paulista, despencou 1,08%, para os 62.022 pontos, no piso de fechamento desde os 60.865 pontos em 5 de julho de 2010. Em Nova York, o dia foi de estabilidade, com o Dow Jones cravando 11.953 pontos (0,01%).

O giro financeiro da Bovespa também foi fraco, de R\$ 4,03 bilhões, o terceiro menor do ano. Os papéis de empresas domésticas, que dependem da **exportação** para a China (principalmente às ligadas a metais), sofreram impactos negativos mais fortes. As ações preferenciais da Vale caíram 1,5%, para R\$ 43,40. E as da Petrobras perderam 1,64% de seu valor, para R\$ 23,33.

Contribuiu também para aprofundar a aversão ao risco o nervosismo com a definição de um novo socorro financeiro à Grécia, que, ontem, teve a nota soberana rebaixada para "CCC", a pior do mundo na escala da agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P). Além disso, ressaltaram

analistas, há **importantes** índices econômicos dos Estados Unidos a serem divulgados ao longo da semana e a expectativa é de que venham abaixo das projeções.

No cenário doméstico, a **Brasil Foods** (resultado da fusão da Sadia com a Perdigão) viu suas ações tomarem um tombo de 4,59%, para R\$ 24,09, após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) anunciar que o processo sobre a junção deverá ser retomado amanhã. Na semana passada, o relator do caso, Carlos Ragazzo, deu parecer contrário à operação.

Segundo profissionais do **mercado**, outro ingrediente que pressionou os preços das ações foi a proximidade dos vencimentos de contratos de futuros.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BALANÇATEMSUPERÁVIT DEUS\$10,5 BI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As **exportações** brasileiras superaram as **importações** em US\$ 1,063 bilhão na segunda semana deste mês, segundo dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Na última semana, as as vendas ao

exterior chegaram a US\$ 5,377 bilhões, enquanto as **importações** ficaram em US\$ 4,314 bilhões.

De janeiro até a segunda semana de junho, o superávit comercial é de US\$ 10,514 bilhões, 59,4% maior do que o registrado em igual período de 2010.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO MINISTÉRIO NÃO QUER O REAJUSTE AUTOMÁTICO POR FAIXAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Técnicos da Fazenda temem a indexação da economia e, com ela, o risco que é abrir mão de arrecadação de forma regular

O **Ministério** da Fazenda é contrário a um mecanismo de reajuste automático dos limites do Simples, ao contrário do que foi cogitado no início as reuniões sobre as correções das faixas de enquadramento, que constam do Projeto de Lei nº591/10. Não queremos medidas que possam significar indexação", diz o governo. Apesar de a equipe econômica trabalhar em medidas que viabilizem uma maior desindexação da economia, o argumento nesse caso pesa pelo lado fiscal. Estabelecer um mecanismo automático de correção para as faixas do Simples significa ter de abrir mão de receitas regularmente. Se esse critério fosse aprovado, mesmo em um momento de retração da atividade econômica, o governo seria obrigado por lei ao reajuste e, portanto, a abrir mão de parte de sua arrecadação.

Mais receitas

Por outro lado, o ajuste dos limites de enquadramento para que empresas de menor porte ingressem no regime simplificado favorece a formalização e, conseqüentemente, o recolhimento de tributos não apenas à União, mas de estados e municípios. Pelo sistema, o empresário consegue pagar, de forma unificada, seis tributos federais (IRPJ, IPI, PIS, COFINS, CSLL, INSS patronal), o **ICMS** - que é estadual - e ISS, do

município. De acordo com o Sebrae, há 5 milhões de participantes no Simples ou 83,7% do total das empresas de pequeno porte do país. Há quatro anos, quando o regime foi criado, eram 2,8 milhões. No ano seguinte passou a 3,1 milhões e ganhou impulso a partir de 2009 com a criação do Microempreendedor Individual (MEI), que permite a formalização de profissionais que trabalham por conta própria, como costureiras, chaveiros e doceiras.

À época, os MEI eram apenas 77 mil. No ano passado, esse número saltou para 810 mil e atualmente, chega a 1,1 milhão. E a arrecadação acompanhou de perto essa evolução. Levantamento do Sebrae aponta que, apenas aos estados, os micro e pequenos empresários recolheram R\$ 6,2 bilhões no ano passado, um aumento de 253% ao longo desses anos. Já os municípios arrecadaram um total de R\$ 2,5 bilhões, alta de 365% no mesmo período de análise. De acordo com informações do Comitê Gestor do Simples Nacional, neste ano, o contingente de empresas que aderiram ao regime foi de 129,775 mil. Em 2010, foram 418,873 mil, superando 2009, quando foram registradas 406,108 mil companhias. Com a ampliação do limite de faturamento para o enquadramento ao Simples, a expectativa é que esse número siga crescente assim como o recolhimento de tributos.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO PROJETO DA RECEITA FEDERAL QUER REDUZIR BUROCRACIA PARA EXPORTAR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Plano da Coordenadoria-Geral de Administração Aduaneira quer melhorar a competitividade brasileira até 2015

Rafael Abrantes

rabrantes@brasileconomico.com.br

O entrosamento esperado entre Receita Federal e empresas dependentes do **comércio** exterior pode, em breve, alcançar níveis inéditos nas fronteiras brasileiras. O órgão federal têm anunciado ao setor privado que, ainda neste ano, será lançado o Programa de Modernização Aduaneira (PMAB). Trata-se de um conjunto de medidas para aumento da eficiência fiscal a partir da revisão dos atuais procedimentos, além da assinatura de parcerias com empresários nacionais. Os projetos, segundo dados da Coordenadoria-geral de Administração Aduaneira, órgão ligado à Receita, pertencem ao plano plurianual 2012-15. "A Receita está procurando acompanhar a competitividade externa das empresas", afirma o presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), José Augusto de Castro.

O projeto ao qual o **Brasil** ECONÔMICO não fixa prazos, mas cita, entre alguns de seus objetivos, um mapeamento e reengenharia dos processos aduaneiros, a atualização de leis no **Brasil** e no **Mercosul**, maior alinhamento às práticas comerciais e a criação de um Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos. A Receita Federal foi procurada para exemplificar as ações do programa, mas não respondeu à reportagem.

De acordo com entidades ligadas ao **comércio** internacional, o desafio, contudo, permanece na eliminação do "custo Brasil": a burocracia e o tempo perdido em portos e aeroportos para autorização dos órgãos federais na entrada e saída de **mercadorias**. "Enquanto a carga está parada, alguém está pagando a conta, portanto há exigência pela

agilidade e passamos a ser cobrados por outros países", observa Castro. As propostas, segundo ele, visam a redução do tempo nas trocas comerciais - em 2010, a média de espera para liberação de **exportações** no porto de Santos foi de 19 dias - a previsibilidade de procedimentos, sincronia com práticas internacionais e unificação da fiscalização federal. Para Wilen Manteli, diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), esta última é prioridade entre as reformas alfandegárias previstas.

Manteli observa que apenas iniciativas da Receita não são suficientes para um **comércio** desburocratizado.

Órgãos como Anvisa, Ibama, Marinha, Exército e representantes dos **Ministérios** do Trabalho e Agricultura também devem colaborar. "Durante a fiscalização, exige-se praticamente as mesmas informações até oito vezes", revela, citando casos em que até 100 documentos são necessários nos portos brasileiros, por escoam 95% das **exportações** do país. Outra medida em discussão é o Porto 24 Horas. Neste caso, a falta de mão de obra deixa o **Brasil** contra a maré. "É um desejo das empresas mas que ainda não ocorre, inclusive em Santos", afirma Manteli.

"A legislação é permanentemente modificada", diz Castro. Ele acredita que a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos servirá para a avaliação fiscal de empresas participantes do **comércio** exterior e adoção de regimes aduaneiros especiais. "Hoje as empresas classificadas em linha azul (que não oferecem riscos) são exceções, enquanto outras quatro mil tornam-se **importadoras** a cada ano, dificultando a fiscalização", conclui.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO RENÚNCIA FISCAL DO SIMPLES PODE CUSTAR R\$ 3,5 BI		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Essa é a estimativa da queda na arrecadação como mudança nas faixas de enquadramento de micro e pequenas empresas

Simone Cavalcanti

scavalcanti@brasileconomico.com.br

O desfecho das negociações para elevar os limites de faturamento que credenciam uma empresa a se beneficiar do regime tributário simplificado, o Simples, ainda depende de quanto o governo está disposto a abrir mão de suas receitas. As primeiras estimativas apontam para uma renúncia fiscal de até R\$ 3,5 bilhões ao ano, caso a equipe econômica aceite reajustar as faixas intermediárias para o enquadramento de microempreendedores, microempresas e companhias pequenas.

Como o impacto é alto, o **Ministério** da Fazenda colocou à mesa duas propostas a deputados e senadores da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e que serão discutidas novamente com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na próxima semana.

O presidente da frente, deputado Pepe Vargas (PT-RS), disse que, no primeiro cenário, o governo propôs elevar apenas a última faixa do faturamento bruto, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Nesse caso, a renúncia seria de R\$ 1,5 bilhão. A segunda hipótese é fazer um reajuste menor em todos os limites, reduzindo o que está descrito no projeto. Com isso, o reajuste da faixa superior iria a R\$ 3,2 milhões - saída para reduzir a renúncia a menos de R\$ 2 bilhões anuais.

Pelo texto que modifica a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o limite da receita bruta anual para a formalização do Empreendedor Individual (EI) sobe de R\$ 36 mil para R\$ 48 mil. A faixa intermediária para o ingresso no Simples Nacional sobe de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil e a última, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. O presidente

do Sebrae, Luiz Barreto, defende que toda a tabela do Simples seja corrigida, principalmente a primeira e segunda faixas. Isso porque, é nesse intervalo, que se concentram 70% das beneficiadas.

Fatia tributária

Os novos valores para enquadramento no Simples são uma das quatro "fatias" da Reforma Tributária que o Executivo tenta aprovar este ano. O projeto de lei (PL nº591/10), de autoria do atual secretário-executivo do **Ministério** de Relações Institucionais e ex-deputado, Cláudio Vignatti, tramita no Congresso desde o ano passado. Os técnicos do **Ministério** da Fazenda ainda estão trabalhando nos cálculos e nas variações da renúncia fiscal, uma vez que a ampliação da cobertura do Simples pode ser seguida por um processo de formalização e, portanto, de arrecadação.

Incentivo à exportação

O ponto de consenso entre o Executivo e o Parlamento é estabelecer incentivo para que as empresas de micro e pequeno porte exportem mais. Dessa forma, tanto os parlamentares quanto o **Ministério** da Fazenda, já concordaram em prever que o faturamento que vier das vendas de produtos e serviços a outros países não entre no enquadramento. Assim, se o teto subir para R\$ 3,6 milhões, as empresas poderão faturar por suas exportações o mesmo montante sem sair do Simples.

Vargas afirma que, apesar de o projeto permitir a entrada no Simples de mais atividades, o governo resiste à inclusão de profissionais liberais, como médicos, advogados e jornalistas. "Para nós, é **importante** que haja uma solução, mas há resistência".

OPL prevê ingresso de destilarias de aguardentes, vinhos, cervejas e licores artesanais e áreas do setor de serviços que não se beneficiam do Simples.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO OITO COMPANHIAS JÁ TÊM LICENÇA PARA PRODUZIR TABLETS NO PAÍS, DIZ MERCADANTE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo o ministro, produção de iPhones, da Apple, no **mercado** brasileiro começou em julho. O celular iPhone, da Apple, começa a ser montado na nova linha da Foxconn em Jundiá (SP) a partir de julho, informou ontem o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. E, até o fim do ano, oito empresas produzirão tablets no Brasil, incluindo o iPad, da Apple. "A Foxconn já está levando 170 engenheiros do Brasil para a China, para treinamento. Provavelmente para o Natal teremos iPhones e tablets", afirma Mercadante. De acordo com o ministro, 13 empresas já demonstraram interesse em produzir tablets no Brasil com a isenção tributária concedida pelo governo. Oito já foram licenciadas e esta semana outras duas deverão receber aval. No início de junho, o **Governo Federal** publicou no Diário Oficial a medida provisória que desonera tablets de PIS e Cofins e do IPI. Um benefício fiscal de 31% apenas com os tributos federais.

Em contrapartida, os fabricantes deverão nacionalizar a produção, com 20% dos componentes fabricados no Brasil. Após três anos, o percentual sobe para 80%.

"Nosso objetivo é criar um **mercado** interno robusto, mas é uma mudança parruda, tal qual houve com a indústria automobilística na década de 50. Hoje vemos fábricas de

montagem de componentes no Brasil. A produção local de componentes é o próximo desafio."

A intenção do governo é adotar a estratégia usada para o **mercado** de tablets para outros dispositivos, como televisores e celulares, de modo a incentivar a transferência de tecnologia para o país. "Precisamos aumentar a exigência para conteúdo local e vamos aumentar. Haverá regras para incentivar a transferência de tecnologia para o Brasil." Em outubro, o governo dará início a testes, com duração de um ano a um ano e meio, para realizar o encapsulamento (proteção) na Ceitec, empresa pública federal ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, localizada em Porto Alegre. "Estamos negociando com outras empresas também. Há apenas 20 países no mundo nos quais isso é feito. Nossa estratégia é verticalizar a produção. Aumentando as exigências, a gente cria um cenário favorável para atrair investimentos". O ministro disse que o governo também está colocando em ação planos para qualificar profissionais.



VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Potencialidades do entreposto da <u>ZFM</u> em Uberlândia em debate		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Potenciais oportunidades de negócios entre os Estados do **Amazonas** e de Minas Gerais, com foco nas potencialidades do entreposto da **Zona Franca** de **Manaus** (**EZFM**) em Uberlândia (MG), serão discutidas nesta terça-feira (14), no auditório da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**SUFRAMA**), a partir das 9h. A programação inclui ainda a realização do 1º Encontro de Negócios **Manaus-Uberlândia**, palestras técnicas sobre as oportunidades entre as duas regiões e as condições de operação do entreposto da **ZFM** no município mineiro e rodadas de negócios envolvendo empresas embarcadoras de cargas, transportadores de cargas e operadores logísticos. O entreposto em Uberlândia, em pouco mais de um ano de funcionamento, já conta com 18 empresas operando internamente e gera aproximadamente 50 empregos diretos, com circulação de cerca de R\$ 1,5 bilhão em **mercadorias**.

O evento faz parte da programação da missão empresarial do projeto Plataforma de Valor do **Brasil** Central (PVBC) a **Manaus** com o objetivo de estimular a geração de novos negócios e parcerias tendo como foco a redução dos custos logísticos para as empresas do **PIM**. A missão, que

desembarcou ontem na capital amazonense e permanece até amanhã (15), é liderada pelo prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, e composta ainda por gestores públicos, transportadores, operadores logísticos e empresários em geral do município mineiro. Na reunião desta terça-feira, também estarão presentes representando o Estado do **Amazonas** dirigentes da **SUFRAMA**, da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz/AM), da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas** (**Fieam**), do Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas** (Cieam), da Federação das Empresas de Transporte de Cargas da **Amazônia** (Fetramaz), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Associação Comercial do **Amazonas** (ACA), entre outros órgãos.

As inscrições são gratuitas. Para mais informações, entrar em contato com a Coordenação Geral de Comunicação Social da **SUFRAMA**, pelos telefones (92) 3321-7040 e/ou email andrea.loureiro@Suframa.gov.br, ou consultar Tatiana Flores, da Prefeitura de Uberlândia, pelo e-mail tatianaflores@uberlandia.mg.gov.br e/ou telefone (34) 3239-2696.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Faturamento com adesivos para gadgets cresce 150% ao ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Adesivos para gadgets, como tablets, smartphones e laptops viram tendência

Notebook estilizado com adesivo colorido da Skin for Fun (Divulgação)

Os negócios de comercialização de adesivos (conhecidos também como skins) para proteção e decoração de gadgets, como tablets, smartphones e laptops, estão aquecidos no Brasil. Depois de virarem febre nos Estados Unidos e Ásia, a mania chegou com força ao país.

Uma das primeiras do **mercado** foi a Skin for Fun, em 2008, quando a moda começava a chegar por aqui. Desde então, pouco mais de três anos depois, o faturamento da empresa cresce em média 150% ao ano.

Os preços encontrados entre os diferentes fornecedores vão de R\$ 150 até R\$ 3.050 (na versão com cristais Swarovsky). O iPad em si custa de R\$ 1.899 a R\$ 2.299, conforme a versão.

Para garantir o crescimento sustentável, o proprietário da Skin for Fun, Fábio Sampaio Gomes, diz que todo o lucro é reinvestido no próprio negócio.

Hoje os produtos são comercializados pelos principais varejistas, totalizando 400 pontos de venda, além do e-commerce no site Adesivaria, no qual a empresa tem participação. Ela também possui quiosques em dois shoppings de São Paulo, mas estão fechados para reformulação.

De decoração de paredes a enfeite de eletrônicos

Outra empresa que vem crescendo no ramo é a I-Stick. Com cinco anos de existência, a empresa nasceu comercializando adesivos para decoração de paredes. Logo expandiu os negócios para personalização de objetos e, em 2010, percebeu o potencial dos skins para aparelhos eletrônicos e entrou no **mercado**.

Atualmente a marca possui sete quiosques próprios em shopping centers de alto padrão das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo a sócia proprietária Joana Rosa, em agosto, a empresa deve abrir franquias nas principais capitais brasileiras, totalizando dez novas lojas até o final do ano.

Apesar de serem comercializados a preços mais baixos que os adesivos de parede, os skins já compensam no volume de vendas, chegando a representar 40% do faturamento dos pontos de venda.

Em abril a I-Stick vendeu 20 mil unidades, número que deve crescer com as novas lojas e a distribuição nas principais redes varejistas, que está em fase de ampliação.

"Cada vez que um aparelho é lançado, nosso público, que é de classe A, procura por personalização. O skin para o iPad 2 vai ser lançado em duas semanas e já tem uma fila grande de espera do produto", conta Joana.

Grandes fabricantes de eletrônicos entram na onda

Grandes fabricantes de eletrônicos já observaram o potencial competitivo da personalização dos aparelhos eletrônicos, e entraram no **mercado**. O novo laptop da Dell, Inspiron 15R, por exemplo, já vem com capas removíveis que podem ser trocadas ao gosto do consumidor.

A Nokia vai além e, por uma parceria com a Skin for Fun, possibilita que o consumidor envie uma foto qualquer na compra dos aparelhos X2, X3 e X5, e receba em casa o skin personalizado.

Essa personalização extra é justamente o foco da Deco Skin, que abriu sua primeira loja há aproximadamente um mês no Morumbi Shopping.

O serviço de personalização de gadgets com fotos dos clientes tem dado certo, e a meta é chegar ao final do ano com mais dez quiosques próprios em São Paulo. Para os próximos dois anos, por meio de franquias, o plano é atingir cem pontos de venda físicos em todo o País.

O diferencial da Deco Skin vem de família. O pai do proprietário, Pin Hsu, é Maico Hsu, representante dos cristais Swarovsky há 25 anos no Brasil.

Os clientes podem pagar preço extra para utilizar os cristais na decoração. Capas cobertas de cristais produzidas pela Ush, loja de customização de objetos com cristais da qual Pin Hsu é sócio com as irmãs, são vendidas na Deco Skin por até R\$ 3.050.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Sefaz-SP apura fraude de R\$ 100 milhões no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A operação Etileno, segundo o governo de São Paulo, está fiscalizando empresas do ramo de plásticos (garrafas plásticas e filmes para embalagens) com base em Manaus.

Manaus - A Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) está investigando um esquema operado por empresas de **Manaus** e de São Paulo que já deve ter fraudado aproximadamente R\$ 100 milhões em incentivos fiscais concedidos nas operações comerciais com o modelo **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**.

A operação Etileno, segundo o governo de São Paulo, está fiscalizando empresas do ramo de plásticos (garrafas plásticas e filmes para embalagens) com base em **Manaus** e nas cidades de São Paulo e Jundiá, Itapevi e Barueri no interior paulista.

Elas são suspeitas de simularem remessas de **mercadorias** para **Manaus** com o intuito de se creditarem do IMCS, previsto na legislação da **ZFM**. Até o momento, a Sefaz-SP apura apropriação indevida de imposto sobre operações da ordem de R\$ 600 milhões.

A investigação, encabeçada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, contou, até o momento, com a participação de cinco delegacias regionais, de equipe de fiscalização especial da Diretoria Executiva da Sefaz-SP e da Secretaria da Fazenda do Governo do **Amazonas**, além de apoio policial.

Ao todo participaram 47 Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo e quatro fiscais do Estado do **Amazonas**. Foram fiscalizados 15 estabelecimentos, sendo dois na região de Osasco (SP), cinco na de Jundiá (SP), dois na capital paulista, um no ABC Paulista e três em **Manaus**.

Segundo a assessoria de comunicação da Sefaz amazonense, um grupo de auditores acompanhou a fiscalização da comitiva de São Paulo as três.

Modelo é alvo frequente

Diferente do restante do País, o regime fiscal desenvolvido na **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** oferece benefícios com o objetivo de atrair investidores e desenvolver a economia em uma região distante dos grandes centros consumidores, como as Regiões Sul e Sudeste.

Além de vantagens oferecidas pelo **Governo Federal**, o modelo é reforçado por políticas tributárias estaduais e municipais.

Qualquer produto de outro Estado brasileiro vendido para alguma empresa da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** é tributado na origem como **exportação**, explica o consultor e economista Rodemarck Castelo Branco. “Por isso, os produtos que vêm de fora não pagam Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), têm redução de **ICMS**, além das contribuições previdenciárias (PIS/Cofins)”. Se não aplicasse os benefícios, a empresa teria que pagar, teoricamente, 17% de **ICMS**, 9,25% de PIS/Cofins e o IPI que, dependendo do produto, pode chegar até 30%, no caso de automóveis.

Na avaliação de Castelo Branco, as ações de fiscalização estão sendo deflagradas por conta do controle efetivo do Estado. “Hoje, é muito difícil burlar esses benefícios, pois o controle é bem mais forte. A NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) pode ser consultada por todas as Fazendas estaduais e, além disso, ao chegar em **Manaus** a **mercadoria** precisa receber o selo da **Suframa** e da Receita para ser liberada”.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Importação do AM bate recorde com US\$ 1,1 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A defasagem cambial do dólar frente ao real é a principal causa do aumento das importações e da queda nas exportações do Estado, segundo a avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam).

As importações do Amazonas bateram novo recorde em maio, US\$ 1,14 bilhão, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (Mdic). O resultado superou em 23,8% as importações de igual mês de 2010, (US\$ 921 milhões) e em 12,5% o resultado de março, até então o maior do ano, US\$ 1,013 bilhão. Já as exportações caíram 28,79% em maio e 22% no acumulado do ano e somaram US\$ 73,5 milhões e US\$ 349,9 milhões, respectivamente.

A defasagem cambial do dólar frente ao real é a principal causa do aumento das importações e da queda nas exportações do Estado, segundo a avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antonio Silva.

No acumulado do ano, as importações para o Polo Industrial de Manaus (PIM) somaram US\$ 4,95 bilhões, 26,3% acima do mesmo período do ano passado, quando as importações chegaram a US\$ 3,9 bilhões. Em média, diariamente, US\$ 48 milhões foram importados pelo

Amazonas esse ano, US\$ 10 milhões a mais que na média do ano passado.

O aumento nas importações do Amazonas não representa necessariamente o aumento no ritmo de produção da indústria mas a deficiência do dólar que faz com que as empresas prefiram importar insumos a fabricar aqui, segundo avalia Antonio Silva.

“A balança comercial precisa ser acertada pois vamos sair prejudicados com a diferença cambial. Essa deficiência acaba gerando empregos e renda em outros países e prejudica o consumo interno”, afirmou o empresário.

Na contramão, as exportações recuaram 28,79% em maio. As vendas externas passaram de US\$ 103,3 milhões, em maio de 2010, para US\$ 73,58 milhões em maio desse ano. No acumulado do ano a queda foi de 22,28%.